

SAÚDE FISCAL E DEPENDÊNCIA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA MUNICIPAL

José Pompeu Soares Real

Universidade Federal Do Pará

Marcos Antonio Dos Santos Silva Júnior

Universidade Federal Do Pará

Frederick Fagundes Alves

Universidade Federal Do Pará

Agradecimentos

Agardeçemos a UFPA pela bolsa de pesquisa concedida e por todo o apoio em infraestrutura.

Resumo

Na atual estrutura fiscal do Brasil, as transferências intergovernamentais revelam-se como um modo de atenuar as desigualdades socioeconômicas entre os municípios. No entanto, o contexto sobre federalismo fiscal denota que, ainda que os governos locais disponham de autonomia fiscal, os repasses de verbas podem ocasionar uma acomodação da administração pública, interferindo negativamente na arrecadação própria do município e, conseqüentemente, afetando as demandas sociais do local. Com isso, a presente pesquisa buscou identificar a relação das transferências governamentais com o desenvolvimento financeiro e social dos governos locais e se essas transferências são condicionadas por fins político-partidários. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se um modelo econométrico de dados em painel a respeito da relação da variável dependente de Dependência Financeira (DP), o qual quantifica o percentual das receitas totais advindas de transferências de outros governos, com as demais variáveis independentes como: Endividamento, Esforço Fiscal, Transferências de Convênio, Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e suas ramificações, tamanho populacional e Dummy política, nos 1110 municípios analisados. O resultado deste trabalho identificou uma correlação positiva entre a dependência e o endividamento, indicando que o endividamento municipal está diretamente relacionado à dependência desses governos com transferências de recursos provenientes de outras esferas governamentais. Sendo assim, os resultados apontaram valores significativos de dependência, tendo como média 80,70% das receitas nos municípios estudados. Logo, por meio dos resultados obtidos, pôde-se inferir que a maioria dos municípios possui elevado grau de dependência orçamentária e financeira de órgãos superiores de governo.

Palavras-chave: Federalismo Fiscal; Dependência Financeira; Esforço Fiscal; Endividamento.

**SAÚDE FISCAL E DEPENDÊNCIA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA
MUNICIPAL****RESUMO**

Na atual estrutura fiscal do Brasil, as transferências intergovernamentais revelam-se como um modo de atenuar as desigualdades socioeconômicas entre os municípios. No entanto, o contexto sobre federalismo fiscal denota que, ainda que os governos locais disponham de autonomia fiscal, os repasses de verbas podem ocasionar uma acomodação da administração pública, interferindo negativamente na arrecadação própria do município e, conseqüentemente, afetando as demandas sociais do local. Com isso, a presente pesquisa buscou identificar a relação das transferências governamentais com o desenvolvimento financeiro e social dos governos locais e se essas transferências são condicionadas por fins político-partidários. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se um modelo econométrico de dados em painel a respeito da relação da variável dependente de Dependência Financeira (DP), o qual quantifica o percentual das receitas totais advindas de transferências de outros governos, com as demais variáveis independentes como: Endividamento, Esforço Fiscal, Transferências de Convênio, Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e suas ramificações, tamanho populacional e *Dummy* política, nos 1110 municípios analisados. O resultado deste trabalho identificou uma correlação positiva entre a dependência e o endividamento, indicando que o endividamento municipal está diretamente relacionado à dependência desses governos com transferências de recursos provenientes de outras esferas governamentais. Sendo assim, os resultados apontaram valores significativos de dependência, tendo como média 80,70% das receitas nos municípios estudados. Logo, por meio dos resultados obtidos, pôde-se inferir que a maioria dos municípios possui elevado grau de dependência orçamentária e financeira de órgãos superiores de governo.

Palavras chave: Federalismo Fiscal; Dependência Financeira; Esforço Fiscal; Endividamento.

1. INTRODUÇÃO

Os municípios sempre desempenharam um papel importante na sociedade, tanto como forma de representação política, quanto sendo provedores de serviços essenciais para a sociedade (Benito & Bastida, 2004). A descentralização fiscal e administrativa dos entes governamentais, ocorrida em 1980, foi concebida de forma a gerar maior desenvolvimento e bem-estar social, tornando os entes locais essenciais para o fornecimento de bens e serviços públicos (Martinez-Vazquez, Lago-Peñas & Sacchi, 2017). Porém, na prática, a união e os estados continuam a polarizar o sistema de arrecadação, detendo o poder de legislar sobre os impostos mais rentáveis.

Para Suzart, Zuccolotto e Rocha (2018), a ainda centralizada arrecadação tributária brasileira mostra um entrave aos governos subnacionais, pois restringe a disponibilidade de recursos orçamentários desses entes à implementação de políticas públicas que visem atender às demandas sociais. Nessa conjectura, as transferências intergovernamentais têm o importante papel de amenizar as disparidades econômicas entre os entes federados, distribuindo os recursos principalmente entre os entes de menor capacidade econômica.

Não obstante, muitos municípios se tornaram dependentes de repasses de verbas de outras esferas governamentais, tendo a sua própria capacidade de arrecadação negligenciada (Massardi & Abrantes, 2015). No caso de grande parte dos municípios, as transferências governamentais se mostram como sendo a principal fonte de receita, sendo parte substancial na

arrecadação dos entes, mesmo para aqueles que detêm outras rubricas significativas de arrecadação (Azzoni & Asai, 1993).

Logo, as transferências intergovernamentais podem ser tidas como fatores de acomodação para os montantes de arrecadação de determinados entes governamentais, tendo potencial para gerar uma gestão pouco eficiente dos recursos (Suzart et al, 2018). Além disso, as transferências podem ser empregadas para fins políticos pelas autoridades governamentais, sendo utilizadas como forma de adquirir eleitores, recompensar aliados e forjar alianças políticas (Brollo & Nannicini, 2012).

Segundos os estudos de Milan e Creutzig (2016) e Caldeira, Wilbert, Moreira, & Serrano (2016), outro fator que contribui para uma maior necessidade de auxílios financeiros de entes supranacionais seria o uso desponderado da dívida como forma de financiamento. O aumento da dívida compromete as receitas da entidade com reivindicação futura (Liu, Moldogaziev & Mikesell, 2017), logo tornando necessário maior fluxo de recursos dos níveis superiores de governo, de forma a continuar a financiar a máquina pública municipal.

Com isso, o objetivo desse estudo é analisar a relação das transferências governamentais com o desenvolvimento financeiro e social dos governos locais. E se essas transferências são condicionadas por fins político-partidários. Para isso, o presente trabalho visa responder o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto dos repasses governamentais no desenvolvimento financeiro e social dos governos locais? Os repasses governamentais são condicionados por fins político-partidários?

A relevância da pesquisa se dá, principalmente, em assimilar melhor a natureza dos problemas gerenciais enfrentados pelo governo brasileiro, e como esse ponto relaciona a dívida pública à dependência financeira de repasses de verbas supranacionais. Além disso, devido ao crescente questionamento acerca da saúde financeira municipal e tendo em vista o sistema desigual de distribuição de recursos federais (Neto & Simonassi, 2013), se faz necessário discutir os impactos do atual sistema constitutivo brasileiro baseado no federalismo e seus efeitos no desempenho financeiro e social dos municípios.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO:

2.1. Federalismo Fiscal

Historicamente, a federação surgiu da desintegração do império nacional numa forma de resguardar as unidades segregadas com certa autonomia (Affonso, 1999). Outro ponto referente ao federalismo brasileiro, destacado por Rezende (1995), afirma que a descentralização de poder no Brasil é oriunda da instauração do regime militar em 1964, uma vez que o autoritarismo e centralização acentuaram a insatisfação de chefes dos poderes executivos locais, os quais pressionavam o governo central por maior autonomia financeira, justificando-a como fundamental ao funcionamento da autonomia federativa.

Com a ampla centralização da arrecadação de recursos por parte da União no período autoritário brasileiro, as transferências se mostravam como uma importante ferramenta de negociação política com os governos subnacionais. Com a descentralização fiscal de 1980, os municípios ampliaram a participação nas receitas públicas, tanto por arrecadação própria, quanto por aumento de repasses de recursos do governo central. A partir de 1990, a União teve um incremento em suas receitas, e passou a ampliar seus repasses, principalmente transferências vinculadas às políticas sociais (Soares & Melo, 2016).

Com isso, segundo Fiorentino (2010), a Constituição Federal de 1988 desenvolveu um novo ordenamento jurídico, no qual foi garantido aos Estados, Distrito Federal e Municípios a integralização à Federação Nacional, conferindo àqueles autonomia política, administrativa e

financeira. Portanto, infere-se que o federalismo fiscal advém da autonomia financeira, o qual incumbe aos Estados-membros competências e atribuições acerca da arrecadação de recursos para os entes federados.

Entretanto, como condição para ter autonomia financeira, exige-se aos governos subnacionais recursos indispensáveis para fazer jus aos deveres que lhes foram delegados. Como mencionado anteriormente, há duas formas de garantir tais recursos: a primeira é a arrecadação própria, competência para instituir tributos; a segunda forma é proveniente das transferências intergovernamentais estabelecidas em Texto Constitucional (Conti, 2001).

Para compreender melhor o federalismo no Brasil, as análises de Cunha (2014) e Soares e Abrucio (2001), relacionam a autonomia dos entes federativos com a interdependência entre eles. Os autores discutem a necessidade de haver um equilíbrio entre si. Esta harmonia se mostra fundamental para o relacionamento intergovernamental, visto que as federações são marcadas por diferentes demandas sociais. Dessa forma, as esferas locais possuem maior capacidade de gerenciar suas contas e, se necessário, receber auxílio da União.

Esse amparo do governo central pode ser efetivado por meio de repasses de fundos intergovernamentais que têm como objetivo reprimir as disparidades entre os municípios e designar seus recursos de maneira mais proveitosa (Suzart et al, 2018). Assim, então, esses repasses de verbas ampliam a capacidade da administração pública local em instituir políticas públicas que visem o provimento de bens e serviços essenciais à população.

2.2. Transferências Intergovernamentais

Como pôde ser observado anteriormente, o federalismo brasileiro garante o desenvolvimento e a soberania nacional. Porquanto, o artigo 3º da Constituição, aponta como dever da União e dos demais entes federativos garantir o desenvolvimento nacional, constituir uma sociedade livre, justa e igualitária, bem como diminuir as desigualdades socioeconômicas e regionais, promovendo o bem geral da população (Brasil, 2010).

Nesse sentido, a descentralização governamental teve como principal benefício a maior proximidade entre o governo operador das políticas públicas e os anseios da população local. Tendo em vista a diminuição de desembolsos para determinar os anseios da população, uma administração pública local poderia determinar de forma mais precisa e menos onerosa as necessidades da população, fomentando em uma alocação mais eficiente dos recursos (Neto & Simonassi, 2013).

No entanto, em decorrência da polarização tributária tida pela União e pelos Estados, que detêm a competência de legislar sobre os impostos mais rentáveis (IR e ICMS), muitas esferas municipais, detêm de poucos recursos para o financiamento de obras sociais. Cabendo as esferas locais legislar apenas por propriedade territorial e predial urbana, transmissão de bens e direitos *inter vivos* e sobre determinados tipos de serviços (Brasil, 2012). Porém, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a arrecadação de tais tributos municipais responde a apenas 11,07% do total arrecadado pela máquina pública.

A centralização da arrecadação tributária no sistema brasileiro, também tem por função reduzir o custo no cumprimento de diferentes legislações nas entidades administrativas, aumentando a eficiência do sistema tributário (Reis, Abrantes, Faroni & Passos, 2016). Complementarmente, a centralização evita uma competição entre as jurisdições por contribuintes e recursos, o que poderia restringir os poderes tributários do governo (Guedes & Gasparini, 2007).

Nesse sentido, os repasses de verbas surgem como forma de amenizar as disparidades econômicas entre os entes federados, além de serem fomentadores de maior equidade entre os municípios (Suzart et al, 2018). Além disso, tal grau de centralização se justifica na alocação de recursos de maneira discricionária, tendo a finalidade de realizar projetos a nível nacional, colocando condições ao uso do dinheiro (Baião, Cunha & Souza, 2017).

No sistema vigente de federalismo brasileiro estão previstos dois tipos de transferências entre os entes governamentais, as obrigatórias e as voluntárias. As transferências obrigatórias são definidas em legislação e normalmente são participação na receita de determinados tributos por outro ente federativo. Já, as transferências voluntárias são realizadas por meio de convênio entre os entes envolvidos ou por instrumentos congêneres, tendo suas condições e finalidades estabelecidas por eles (Suzart et al, 2018).

Quadro 1 – Fonte de financiamento dos municípios

Municípios						
Fontes de Financiamento						
Próprias		IPTU		ITBI		ISS
Transferências Intergovernamentais Obrigatórias	União	100% do IR incidentes na fonte, sobre os rendimentos pagos pelos municípios		50% do ITR dos imóveis situados no município	70% do IOF sobre o ouro	FPM
	Estado	50% do IPVA licenciados no município	25% do ICMS	25% dos 10% do IPI repassados aos estados pela União	25% dos 29% da CIDE repassada aos estados pela União	
Transferências Intergovernamentais Voluntárias		Convênios, ajustes e congêneres, celebrados com a União ou com os estados				

Fonte: Suzart et al (2018).

Os repasses de verbas obrigatórios têm a importante tarefa de condicionar maiores políticas públicas em locais que as receitas próprias não conseguem proporcionar recursos suficientes para o atendimento das demandas sociais (Suzart et al, 2018). Já as transferências voluntárias têm alto valor estratégico como forma de complemento ao engessado orçamento municipal, sendo eficientes para políticas públicas compartilhadas que visem o desenvolvimento local (Moutinho, Knies & Maccari, 2013).

No entanto, as transferências voluntárias podem estar fomentando desigualdades inter-regionais, em razão da sua utilização estar mais relacionada a fatores políticos que ao atendimento de demandas sociais ou redução de desigualdades (Moutinho, 2016). Além disso, Massardi e Abrantes (2015), reforçam que a dependência financeira dos repasses obrigatórios pode exercer um impacto negativo sobre o esforço de arrecadação municipal, desestimulando as administrações públicas municipais em seus esforços de arrecadação.

Mesmo com as divergências das pesquisas com relação aos males e benefícios que o sistema de repasses de verbas possa trazer, é inegável seu destaque no sistema orçamentário brasileiro. Sendo fonte importante de renda para os Estados e Municípios, e tendo papel determinante para a manutenção e funcionamento dos serviços governamentais locais.

2.3. Análise Empírica de Estudos Anteriores

Vários estudos precederam o debate acerca da dependência financeira dos entes subnacionais. Azzoni e Asai (1993), em seus estudos com dados de 1980 a 1991, já constatavam que para uma grande parcela dos municípios brasileiros, as transferências governamentais se mostravam como sendo a principal fonte de receita. Em sua análise de 442 municípios de São Paulo, constataram que, em média, as transferências representavam 38% das receitas totais, e em 101 dos municípios, essa porcentagem subia a valores acima de 50%.

Alinhando-se aos autores supracitados, Suzart et al (2018), em seus estudos para os municípios brasileiros, constataram que as receitas próprias representam em média 10,5% das receitas totais, sendo que apenas 11 destes apresentavam uma relação acima de 40,9%. Além disso, os autores constataram que as transferências representavam em média 85,3% das receitas totais, encontrando casos em que a relação estudada passava 98,8%. Outro fator observado pelos autores foi que os municípios que apresentavam maiores porcentagens de transferências mostravam-se ser aqueles com maiores variações no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Os estudos de Araújo, Filho e Gomes (2015), também ressaltaram a dependência dos municípios sobre repasses de outras esferas. Em seus estudos sobre os municípios Alagoanos, os autores constataram que cerca de 83,3% da Receita Corrente Líquida dos municípios era formada apenas por transferências governamentais. Logo, concluíram que qualquer variação em seu repasse influenciaria diretamente nas finanças municipais.

Os estudos de Massardi e Abrantes (2015) denotam que o repasse demasiado de verbas para as esferas tem tido um efeito nocivo para o seu esforço de arrecadação tributária, gerando municípios dependentes das esferas superiores de governo. E indo em desentendimento com os resultados de Suzart et al (2018), Massardi e Abrantes (2015) também destacam que municípios com maior Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), tendem a ser aqueles que possuem maior esforço fiscal de arrecadação, bem como menor dependência financeira.

Em seus estudos sobre o federalismo e a governança de múltiplos níveis, Gong e Zou (2002) expõem como um sistema de transferência de recursos é necessário. Tendo em vista os benefícios quanto ao aumento de gastos com retornos positivos que o governo descentralizado pode trazer, o sistema de transferências serviria para reduzir o ônus do ente local acerca de tal prestação. Porém, os autores ainda expõem como a execução efetiva das transferências em diversos países é resultado de circunstâncias históricas, econômicas e políticas.

Segundo Soares e Melo (2016), as transferências voluntárias da União, apesar de representarem uma parcela pequena das receitas totais, ainda se mostram bastante atrativas dentro de um contexto de rigidez orçamentária, aumentando a capacidade municipal de implementar políticas públicas. O trabalho dos pesquisadores constatou que quando o partido dos prefeitos é o mesmo que o do presidente, ou pertence à mesma base aliada, os governantes recebem mais recursos.

Ao analisarem as finanças municipais de 2000 a 2003 no que tange as transferências voluntárias, Ferreira e Bugarin (2007) também constataram alta dependência financeira dos municípios. Segundo os autores, os municípios teriam em média apenas 25% de sua receita total proveniente de arrecadação tributária própria. Além disso, os resultados de seus estudos denotam que o alinhamento político do prefeito com a coligação do governador e o partido do presidente da república desempenham papel fundamental na decisão de repassar recursos à esfera municipal.

Neto e Simonassi (2013) afirmam que em uma federação diversa como a brasileira, torna-se comum que questões políticas influenciem no uso dos recursos e na escolha dos gastos. Em seus estudos das transferências voluntárias da União aos estados, os autores encontraram uma correlação positiva entre a força da coalizão do presidente no estado e um maior repasse de verbas. Além disso, ainda destacam que o alinhamento dos partidos do Governador e do Presidente não resulta em maiores volumes de repasses. Outra constatação foi uma correlação positiva entre a renda do eleitorado e as transferências, denotando que os estados mais ricos também são os que mais recebem transferências voluntárias.

Dentre os estudos supracitados de Azzoni e Asai (1993), Ferreira e Bugarin (2007), Araújo et al (2015), Massardi e Abrantes (2015) e Suzart et al (2018), é unanimidade entre eles que os municípios têm sofrido com a dependência financeira de outras esferas administrativas. Porém, seus impactos no desenvolvimento municipal são controversos, enquanto Suzart et al (2018) constatam que a uma relação positiva entre melhores IDHM e maiores quantidades de repasses, em contraposto Massardi e Abrantes (2015) afirmam que os municípios com maior desenvolvimento socioeconômico possuem menor dependência financeira.

Além disso, os estudos ainda são bem concisos com relação ao efeito e aos fatores condicionantes que as transferências voluntárias apresentam. Em determinado grau, os estudos de Gong e Zou (2002), Ferreira e Bugarin (2007), Brollo e Nannicini (2012), Neto e Simonassi (2013) e Soares e Melo (2016) se alinham na afirmação que as transferências voluntárias têm sua dotação influenciada por condicionantes políticos. Porém, também se contrapõem com relação a importância do alinhamento entre o partido do prefeito e o partido do presidente da república. Enquanto Ferreira e Bugarin (2007) e Soares e Melo (2016) afirmam que tal alinhamento resulta em um aumento de repasses, Neto e Simonassi (2013) afirma o exato oposto, acontecimento esse pode se dar em decorrência da diferença em relação a seus objetos de estudo, no caso, os estados e os municípios.

2.4. Federalismo Fiscal e Dívida Pública

As receitas advindas de transferências intergovernamentais têm papel importante para a manutenção da dívida pública. Para Buettner e Wildasin (2006), os repasses de recursos têm importante função no equilíbrio orçamentário local, sendo essenciais para restaurar o saldo orçamentário. Portanto, devido a dependência de receitas intergovernamentais, as finanças municipais são diretamente afetadas pelas oscilações nos repasses advindos dos outros entes (Araújo et al, 2015).

Em seu estudo, Ji, Ahn e Chapman (2016), ao deixar de analisar as receitas de transferências, a dívida se mostrava pouco sustentável mesmo em cenários otimistas, denotando a instabilidade da dívida pública municipal e a dependência dos entes locais para o seu equilíbrio orçamentário. Portanto, as transferências entre as esferas administrativas têm a capacidade de influenciar positivamente nos orçamentos subnacionais, sendo importantes para manter as finanças públicas equilibradas (Potrafke & Reischmann, 2015).

Alinhando-se aos estudos de Ji et al (2016), Potrafke e Reischmann, (2015) também atesta que não considerar as transferências dentro dos orçamentos dos governos supranacionais leva a conclusão de insustentabilidade do orçamento e da dívida pública dos entes locais. Não obstante, os autores ainda observaram uma relação positiva entre a dívida pública e as transferências intergovernamentais, concluindo que os governos a utilizam, mesmo que implicitamente, para o financiamento da dívida.

Porém, os governos nacionais têm sofrido com a desaceleração da economia global, que se traduziu em uma redução dos auxílios financeiros aos governos locais (Ji et al, 2016; Paulais, 2009). Tal fato impacta negativamente nas finanças e na prestação de serviços dos entes municipais, uma vez que são tidos como os mais dependentes de repasses de verbas (Azzoni & Asai, 1993; Ferreira & Bugarin, 2007; Araújo et al, 2015; Massardi & Abrantes, 2015; Suzart et al, 2018).

Não obstante, outra dificuldade que o sistema de federalismo brasileiro enfrenta é o chamado *flypaper effect*. Tal teoria discute sobre o aumento de gastos dos entes locais que recebem as transferências e seus impactos nos gastos locais. Pois, o sistema de transferências advindas com o federalismo permite um incremento nos gastos sem que haja um aumento na

arrecadação desses entes, levando a gastos excessivos. Ademais, devido a arrecadação ter por base todo o país, o governo local não internaliza o custo total do aumento de gastos (Mendes & Rocha, 2003; Giuberti, 2005).

Além disso, as transferências podem ser tidas como fatores de acomodação para as receitas próprias de determinados entes governamentais, tendo potencial para gerar uma gestão pouco eficiente dos recursos (Suzart et al, 2018). Tal ocorrência na gestão pode vir a contribuir para um incremento no endividamento do ente, levando a um resultado de déficits futuros (Tavares, Pacheco & Loureiro, 2016).

Corroborando com os autores supracitados, Velasco (1999) aponta que muita responsabilidade quanto a administração de gastos foi atribuída aos governos supranacionais. No entanto, esses entes não possuem recursos próprios para arcarem com as incumbências que lhes são atribuídas. Tudo isso resulta em uma dependência de repasses intergovernamentais e em uma série de défices fiscais que por consequência aumenta o endividamento. Logo, intuindo que parte do ônus seria repassado a outros, os governos locais condicionaram-se a gastar mais e obter mais empréstimos, fato que ocorreu no Brasil nas últimas duas décadas.

Indo em desencontro dos autores, em seus estudos sobre os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, Macedo e Corbari (2009) constataram que a variável que quantifica a dependência dos recursos intergovernamentais correlacionava-se negativamente com a dívida pública municipal. Portanto, os autores constataram que quanto maior a independência financeira, maior é a demanda dos entes locais de obterem financiamento via empréstimo. Logo, diante de tal cenário, no qual a heterogeneidade do país resulta em uma polarização econômica, deve-se fiscalizar mais os entes que utilizam o seu poder de negociação de forma a gerar déficits excessivos (Facchini & Testa, 2008).

Pode também se justificar devido ao contexto de ajuste fiscal que se instaurou nos governos municipais, no qual os entes se sentem mais atraídos pelas transferências governamentais devido à baixa capacidade de endividamento (Soares & Melo, 2016). Fator atribuído às normas e limites instituídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o controle de gastos e do endividamento, em conjunto com o aumento de repasses de verbas do governo central pós anos 2000, gerando uma dependência da receita de transferências correntes (Santolin, Jayme Junior & Reis, 2009).

3. METODOLOGIA:

O presente trabalho teve por objetivo analisar a relação das transferências governamentais com o desenvolvimento financeiro e social dos governos locais. E se essas transferências são condicionadas por fins político-partidários. A metodologia aplicada no desenvolvimento desta pesquisa tem caráter exploratório, uma vez que este trabalho buscar compreender a correlação entre a dívida pública municipal e as transferências intergovernamentais.

Para tal, nos pontos posteriores será discorrido acerca do modelo de regressão múltipla para dados em painel utilizado, quais variáveis foram utilizadas para alcançar o propósito, assim como o tratamento e período de análise.

3.1. Dados em Painel

O modelo de dados em painel, permite uma análise econométrica quantitativa, trabalhando tanto com dados temporais (*time-series*) e seccionais (*cross-section*). Tal modelagem permite analisar o efeito da variável não observada tanto entre os diferentes

indivíduos amostrais como também ao longo de um determinado período de tempo, revelando tanto as relações no horizonte temporal como também a heterogeneidade individual.

Em decorrência do processo de empilhamento (*pooling*) para trabalhar dados temporais e seccionais, o modelo de dados em painel permite estimações mais confiáveis, exatas e eficientes se comparados com modelos econométricos seccionais. Assim, devido a técnica permitir a união de dados temporais e seccionais, o uso de dados em painel resulta em estimações mais completas e efetivas.

Dentro do modelo, pode-se trabalhar com dois tipos de modelagem dos efeitos, a de Efeitos Fixos e a de Efeitos Aleatórios. Na modelagem para efeitos fixos, pressupõem-se uma potencial correlação entre um ou mais regressores e o intercepto específico de cada indivíduo. No entanto, o modelo de efeitos aleatórios, se embasa na premissa de não haver correlação das variáveis explicativas com o intercepto aleatório de uma unidade (Wooldridge, 2017).

Para a descoberta de qual a modelagem mais adequada para o uso nos dados da pesquisa, utilizou-se os testes de *Breush-Pagan*, cujo o objetivo é a escolha entre efeitos aleatórios e o modelo pooled (H0: Pooled; H1: Efeitos Aleatórios), e o teste de Chow para definir entre modelo pooled ou modelo de efeitos fixos (H0: Pooled; H1: Efeitos Fixos).

A análise da relação da variável dependente de Dependência Financeira com as variáveis independentes se dará por meio de uma regressão múltipla, sendo para tal utilizada a equação 1:

$$DP = \alpha + \beta_1 End_{it} + \beta_2 Trans_conven_{it} + \beta_3 IFDMed_{it} + \beta_4 IFDMsaude_{it} + \beta_5 IFDMer_{it} + \beta_6 Pop_{it} + \beta_7 EF_{it} + \beta_8 D_{Col.P}_{it} + \beta_9 D_{Col.G}_{it} \quad (1)$$

Onde, α é o intercepto da expressão, DP é a variável de dependência financeira municipal, End é a variável de endividamento, Trans_conven o volume de transferências voluntárias recebidas, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) desmembrado em Emprego e Renda, Educação e Saúde como as variáveis de desenvolvimento socioeconômico, Pop representa a variável do tamanho populacional e EF representa o esforço de arrecadação.

As variáveis *Dummy* tem por função analisar o alinhamento político dos prefeitos. Então, a variável $D_{Col.P}$ quantifica quando o partido do prefeito coincide com a coligação do presidente e $D_{Col.G}$ quantifica quando o partido do prefeito coincide com a coligação do governador. Os subscritos i representam cada município no período t .

Logo, a regressão múltipla emprega diversas variáveis independentes de forma a melhor explicar as variações ocorridas na variável dependente. Assim, utilizando tais variáveis, espera-se prever melhor a variável dependente, analisando nitidamente como a Dependência Financeira municipal é afetada pelas demais variáveis explicativas, simultaneamente.

3.2. Análise e Tratamento dos Dados

Para a realização da pesquisa, foram analisadas as variáveis utilizadas em literatura anterior, que tivesse propósitos similares ao presente trabalho e por alvo de pesquisa os governos locais brasileiros. Assim, buscou-se determinar quais variáveis seriam utilizadas para alcançar o objetivo do artigo e quais as rubricas de arrecadação compunham tais variáveis, tendo como resultado o Quadro 2.

Quadro 2 - Variáveis utilizadas em estudos similares nos municípios brasileiros

Análise	Autores	Variáveis	Amostra	Metodologia
---------	---------	-----------	---------	-------------

Transferências e desenvolvimento socioeconômico	Suzart et al (2018).	RP/RT; TF/RT	5.494 municípios brasileiros	Conglomerados
	Vieira, Abrantes, Ferreira e Lopes (2017); Massardi & Abrantes (2015)	R Trib.; IFDM	698 municípios (MG)	Análise de Cluster
Esforço fiscal e a dependência financeira		R Trib.; TF/RT;	646 municípios (MG)	Regressão Múltipla
Condicionantes políticos aos repasses de verbas voluntários	Ferreira & Bugarin (2007); Soares & Melo (2016).	TV; Dummy prefeito –presidente; Dummy; prefeito governador	2.090 municípios brasileiros	Regressão
		TVU; Dummy prefeito-presidente	5.552 municípios brasileiros	Regressão Multivariada
Repasses de verbas e dívida pública	Macedo e Corbari (2009).	End; TF/RT	111 municípios brasileiros	MQO

Nota: RP/RT: Percentual da receita própria dos municípios em relação à receita total; TF/RT: Percentual das transferências recebidas em relação à receita total; R. Trib.: Receita tributária dos municípios; R. Pot.: Receita tributária potencial; TV: Transferência voluntária; TVU: Transferência Voluntária da União; End: Endividamento; MQO: Método dos Mínimos Quadrados.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Tendo por base tais estudos, foram elaboradas as variáveis End e DP. Como variável dependente a Dependência Financeira (DP), quantifica as receitas dos governos locais advindas de repasses de esferas superiores. Representando o grau de dependência da esfera local por meio da razão entre as transferências correntes e a receita total dos municípios.

O Endividamento (End), representa o percentual das receitas totais da administração pública comprometidas com a dívida consolidada. Assim, tal variável quantifica as receitas totais que estão compromissadas com obrigações financeiras.

A variável de Esforço Fiscal (EF) visa analisar o quanto da receita potencial de um município foi realmente efetivada, utilizou-se os impostos sobre produtos para quantificar uma receita potencial dos municípios. Assim, tal variável quantifica o esforço de arrecadação municipal por meio da razão entre a impostos sobre produtos e a receita tributária efetivada.

Como forma de analisar o possível impacto que o alinhamento político pode ter sobre as transferências voluntárias de recursos foram criadas duas *Dummies* de alinhamento político. Assim, a *Dummy* $D_{Col.P}$ apresenta resultado igual a 1 quando o partido do prefeito coincide com a coligação do presidente, e $D_{Col.G}$ apresenta resultado igual a 1 quando o partido do prefeito coincide com a coligação do governador, e 0 caso contrário.

E, para representar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, utilizou-se o IFDM, dividido em suas três áreas de abordagem: saúde, educação e emprego e renda. Assim, utilizou-se suas notas desmembradas sem o IFDM Geral, de forma a evitar problemas de Multicolinearidade.

O acesso aos dados orçamentários se deu por meio da plataforma Finanças do Brasil (FINBRA) da Secretaria do Tesouro Nacional e da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foram acessados no site do Sistema FIRJAN, compreendidos entre o período de 2015 e 2016.

O período de análise do estudo se deu no intervalo de 2015 e 2016, devido a disponibilidade dos dados e dos demonstrativos orçamentários. Já o universo de amostra compreendeu todos os municípios brasileiros com dados suficientes para os referidos anos e para todos os dados que foram utilizados para quantificar as variáveis, totalizando 1110 municípios analisados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS:

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a relação das transferências governamentais com o desenvolvimento financeiro e social dos governos locais. E se essas transferências são condicionadas por fins político-partidários. Com isso este estudo visa verificar os impactos do modelo federalista brasileiro na saúde social e econômica dos municípios.

Para isso, aplicou-se um modelo de dados em painel, de forma a analisar o impacto da variável não observada nos anos determinados, por meio da regressão múltipla. Além disso, utilizou-se uma matriz de correlação de modo a estudar as relações entre as variáveis selecionadas.

A Tabela 1 nos permite reafirmar a pluralidade e a diversidade de cenários econômicos e sociais dos municípios brasileiros, onde tem-se uma realidade nacional marcada por extremos. Tal fato, pode ser atribuído ao tamanho da amostra tomada (1110 municípios) e a conveniência de sua escolha, assim estão englobados municípios com realidades sociais e econômicas muito discrepantes entre si.

Tabela 1 - Estatística descritiva para a amostra com base nos dados dos anos de 2015 e 2016.

Variáveis	Média	Erro Padrão	Mínimo	Máximo
Dependência	0,8070749	0,0972666	0,37695	0,9835413
Endividamento	0,0922379	0,1978489	0	5,446039
Esforço Fiscal	100,798	692,7297	6,512794	32525,57
Transferência de Convênio	486263,9	691353,9	6,56	7951740
IFDM - Educação	0,8079207	0,0827611	0,505224	0,9996667
IFDM - Saúde	0,8057479	0,1073709	0,233507	0,9997166
IFDM - Emprego e Renda	0,4626611	0,1131002	0,204177	0,8855819
População	12741,26	10503,27	1231	49891
Dummy - Coligação Presidente	0,490991	0,5000315	0	1
Dummy - Coligação Governador	0,4063063	0,4912537	0	1

Fonte: Elaboração própria pelos autores.

A variável Dependência, que quantifica o percentual das receitas totais que advém de transferências de outras esferas, mostrou valores expressivos de dependência mesmo em seu mínimo que é 37,70%. O mais expressivo se mostra ao analisar os valores máximos 98,35% e a média de 80,70%, mostrando que a maioria dos municípios possui elevado grau de dependência orçamentária e financeira de órgãos superiores de governo, alinhando-se aos estudos de Azzoni e Asai (1993), Ferreira e Bugarin (2007), Araújo et al (2015), Massardi e Abrantes (2015) e Suzart et al (2018).

As variáveis de Endividamento e Esforço Fiscal, ao contrário da variável Dependência, mostram uma relação oposta. Então, mesmo tendo máximos e mínimos altamente intervalados, sua média se encontra em valores mais próximas dos valores mínimos.

Os índices de IFDM – Educação e IFDM – Saúde apresentam valores de média em níveis altos, revelando que os municípios da amostra detêm níveis elevados de desenvolvimento nessas áreas. O IFDM – Emprego e Renda, porém, possui tanto a média como seus valores mínimo e máximo bem abaixo das outras variáveis analisadas pelo índice FIRJAN, sendo sua média quase classificável como baixa (0,0 até 0,4) pela classificação do índice. Tal variável avalia o número de empregados de carteira assinada de um município, assim, tendo em vista a

queda do número de empregos gerados nos anos de 2015 e 2016, registrando pouca variação entre os anos.

As variáveis *Dummy* - Coligação Presidente e *Dummy* - Coligação Governador denotam o alinhamento partidário do prefeito com a coligação do presidente e do governador, logo, a média da *Dummy* - Coligação Presidente (0,490991) revelam que quase metade dos prefeitos apresentam alinhamento político com o presidente. Ao analisarmos a média da *Dummy* - Coligação Governador, nota-se que cerca de 40,63% dos prefeitos tem algum alinhamento com a coligação dos seus respectivos governadores. Tais dados podem ainda estar sendo afetados pelo início de um novo ciclo eleitoral de prefeitos em 2016.

Os resultados da Tabela 2 denotam as correlações entre as variáveis analisadas. Fazendo uso da Matriz de Correlação, pode-se observar que a variável DP e End apresentam uma correlação positiva e estatisticamente significativa, contrariando os estudos de Macedo e Corbari (2009), os quais indicaram que o aumento das transferências intergovernamentais tende a diminuir os passivos municipais. Assim, pode-se concluir que, à medida que as transferências aumentam, a dívida tende a aumentar também, evidenciando que o sistema de transferências pode ocasionar em gastos excessivos (Mendes & Rocha, 2003; Giuberti, 2005).

Tabela 2 - Matriz de correlação para a amostra com base nos dados dos anos de 2015 e 2016.

Variáveis	Depend.	Endiv.	Esforço Fiscal	Transf. de Convênio	IFDM - Edu.	IFDM - Saúde	IFDM - Empr. e Renda	Pop.	Dummy - Colig. - Presid.	Dummy - Colig. - Gov.
Dependência	1,0000									
Endividamento	0.0842*	1,0000								
Esforço Fiscal	-0.0358*	0.0070	1,0000							
Transferência de Convênio	-0.0298	0.0016	-0.0095	1,0000						
IFDM - Educação	-0.2752*	-0.2068*	-0.0335	-0.0557*	1,0000					
IFDM - Saúde	-0.2721*	-0.1805*	-0.0149	-0.1407*	0.3589*	1,0000				
IFDM - Emprego e Renda	-0.4220*	-0.0846*	0.0166	-0.0142	0.3168*	0.2943*	1,0000			
População	-0.3750*	0.0721*	0.0114	0.3267*	0.0211	-0.0510*	0.2482*	1,0000		
Dummy - Coligação Presidente	-0.1137*	-0.0216	-0.0201	-0.0259	0.0099	0.1104*	0.0451*	-0.0261	1,0000	
Dummy - Coligação Governador	-0.0319	-0.0128	0.0261	-0.0064	-0.0114	0.0016	0.0293	-0.0182	-0.0132	1,0000

Nota: * significam correlação com 90% de confiança ou 10% de significância estatística.

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Além disso, a variável DP se mostra negativamente correlacionada ao EF. Corroborando aos estudos de Massardi e Abrantes (2015) e Vieira et al (2017), ao constarem que uma maior dependência de transferências tinha um impacto negativo sob o Esforço de Arrecadação, ocasionando em um sub-aproveitamento de seu potencial tributário.

Pode-se observar também que, conforme Suzart et al (2018) detalhou em seu trabalho, o aumento do esforço de arrecadação de receitas próprias pode ocasionar em uma redução da

dependência de recursos do ente superior. Além da suposta relação inversa entre as transferências correntes de convênio e a dependência financeira dos municípios.

A análise dos resultados sobre os indicadores de desenvolvimento mostra correlação negativa com a variável dependência, indicando que municípios muito dependentes de repasses de verbas também são os que revelam menor índice de desenvolvimento (Massardi & Abrantes, 2015; Vieira et al, 2017). Os resultados, porém, entram em desacordo com os estudos de Suzart et al (2018). Tal conjectura pode ocorrer em função do período e do tamanho da amostra utilizada, gerando resultados diferentes mesmo tendo o mesmo universo amostral.

O resultado da variável População evidencia uma relação negativa e significativa com a variável de Dependência (-0.3750), além de resultado positivo para a variável de Esforço Fiscal. Tal resultado alinha-se aos de Massardi e Abrantes (2015) e Vieira et al (2017), nos quais os municípios que apresentavam maiores números populacionais também eram os com maior esforço fiscal, apresentando também uma menor dependência financeira. Pode-se inferir que municípios com maiores populações geram economias locais com maior base tributária, aquecendo o mercado e gerando mais empregos para a população.

A População também apresentou relação positiva com a variável de Endividamento, apontando para o resultado do estudo de Araújo et al (2015), que municípios com maior tamanho populacional apresentam mais desequilíbrios fiscais. Em razão do crescimento da demanda, além da pressão aos governantes, por investimentos em bens e serviços públicos, assim, gerando maiores passivos à administração.

Outras variáveis que possuem uma tênue correlação estatística negativa, são as *Dummys* de coligação e as transferências voluntárias. Portanto, indo em descontro as pesquisas de Ferreira e Bugarin (2007) e Soares e Melo (2016), os resultados analisados apontam que um alinhamento entre a coligação do presidente e do governador com o prefeito, indica que os municípios recebem menos recursos transferidos das esferas supranacionais. Segundo Neto e Simonassi (2013), tal fato contraditório pode se revelar como uma prática de evitar denúncias de beneficiamento político.

Para estimar o modelo de regressão em dados em painel, foram feitos os testes de Chow e de *Breush-Pagan* com o intuito de verificar qual o melhor modelo (Pooled, Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios) explica o impacto das variáveis independentes na variável dependente. O resultado do teste de Chow para os dados analisados apresentou que a probabilidade desta hipótese ser aceita tem resultado igual a 0,0450. Logo, a hipótese nula de teste foi rejeitada. Assim, o modelo de pooled foi rejeitado em detrimento ao modelo de efeitos fixos como o melhor modelo para o tratamento das variáveis.

Ao aplicar os resultados do teste de *Breush-Pagan*, obteve-se a conclusão de que a hipótese nula não deve ser rejeitada. Portanto, o modelo pooled se mostra melhor que o modelo de efeitos aleatório. Sendo assim, o modelo de efeitos fixos se mostra o mais congruente que o modelo pooled, por conseguinte opta-se por utilizar o modelo de efeitos fixos na pesquisa.

Após a estimação do modelo de dados em painel com efeitos fixos, foram realizados os testes para identificar se esse modelo apresentava problemas como multicolinearidade, autocorrelação e heterocedasticidade. Primeiramente, o teste de Fator de Inflação de Variância (FIV) identificou valor médio de 1,14 das variáveis, o que condiz com ausência de multicolinearidade. Já o teste de Wooldridge, para identificação de autocorrelação para dados em painel, apresentou estatística igual a 0,1427. Com isso, não se deve rejeitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação entre as variáveis do modelo.

O teste de Wald tem como hipótese nula a ausência de heterocedasticidade no modelo de dados em painel com efeitos fixos. Com isso, verifica-se que a estatística desse teste é de 0,1464. Ou seja, nesse modelo de dados em painel com efeitos fixos não é constatado a presença de heterocedasticidade. Portanto, o presente modelo não incorre em problemas de ajustamento como multicolinearidade, autocorrelação e heterocedasticidade.

A Tabela 3, expõem os resultados do modelo de dados em painel com efeitos fixos. Nos resultados da regressão pode-se notar que a Estatística F, de explicação das variáveis (p-valor 0,000), mostra que conjuntamente essas variáveis explicam muito bem o modelo proposto. Além disso, todas as variáveis são estatisticamente significativas ao nível de significância de 10%, como pode ser visto pela probabilidade valor-p do teste t.

Os coeficientes na Tabela 3 permitem ratificar os resultados da matriz de correlação exposta na Tabela 2. Assim, analisando o coeficiente da variável End (0,0156407), reintegra-se a relação positiva com a dependência. Em que, o aumento de 1 unidade na variável de endividamento aumenta a dependência financeira do município, em média, em 0,015, mantendo as demais variáveis constantes.

Portanto, as transferências exibem o papel de manter um equilíbrio nas finanças públicas (Potrafke & Reischmann, 2015), sendo utilizadas pelos governos locais como forma de financiamento do déficit público (Ji et al, 2016). Logo, assim como conclui Velasco (1999), deduzindo que parte de suas obrigações seria transferidas a outros entes, os governos locais acostumaram-se a gastar mais e obter mais empréstimos, aumentando seu déficit, assim como sua dependência.

Tabela 3 - Determinantes da dependência de recursos dos órgãos municipais da amostra com base nos dados dos anos de 2015 e 2016

Dependência	Coefficiente	Erro Padrão	t	Valor-p	Intervalo de Confiança	
Endividamento	0,0156407	0,0089036	1,76	0,079	-0,0018195	0,033101
Esforço Fiscal	$-5,06e^{-06}$	$2,47e^{-06}$	-2,05	0,040	$-9,89e^{-06}$	$-2,22e^{-07}$
Transferência de Convênio	$6,44e^{-09}$	$2,64e^{-09}$	2,44	0,015	$1,26e^{-09}$	$1,16e^{-08}$
IFDM - Educação	-0,1507877	0,0230158	-6,55	0,000	-0,1959225	-0,1056529
IFDM - Saúde	-0,1348963	0,017789	-7,58	0,000	-0,1697812	-0,1000115
IFDM - Emprego e Renda	-0,2146983	0,0171093	-12,55	0,000	-0,2482503	-0,1811463
População	$-3,13e^{-06}$	$1,80e^{-07}$	-17,39	0,000	$-3,48e^{-06}$	$-2,78e^{-06}$
Dummy - Coligação Presid.	-0,018559	0,0035291	-5,26	0,000	-0,0254798	-0,0116382
Dummy - Coligação Gover.	-0,006246	0,0034751	-1,80	0,072	-0,0130607	0,0005688
Constante	1,186685	0,0194223	61,10	0,000	1,148597	1,224773

Nota: R²: 0,3204. Significância de 10%

Fonte: Elaboração própria dos autores.

As variáveis de desenvolvimento IFDM - Educação, IFDM - Saúde e IFDM - Emprego e Renda, ao contrário do endividamento, apresentam coeficiente inverso com a variável dependente. Por conseguinte, quando se diminui 1 unidade dessas variáveis, a variável dependente tende a aumentar, em média, no valor dos coeficientes correspondentes (0,1507877; 0,1348963 e 0,2146983, respectivamente). Ou seja, quando há melhora nos índices de desenvolvimento municipal, há uma redução nos níveis de dependência financeira desse município.

Pode-se verificar também, pelas Tabelas 2 e 3 que, quanto menor a população municipal, maior é o nível de dependência financeira. Nesse sentido, o aumento de 10 mil indivíduos em uma cidade tende a reduzir a dependência financeira, em média, em 3,13%, mantendo as demais variáveis constantes. Em municípios menores, a economia pode ser pouco dinamizada em setores de serviços, indústria e produção agrícola, fazendo com que esse ente tenha uma arrecadação tributária ainda mais engessada e se torne mais dependente financeiramente de repasses dos governos supranacionais.

A relação observada pode ser fruto de um círculo vicioso estimulado pelo sistema federativo brasileiro, no qual, municípios menos desenvolvidos geram menos riqueza interna, tornando-se dependentes de repasses de verbas. Assim, a dependência de repasses gera certa acomodação fiscal pela entidade (Suzart et al, 2018), o que, por consequência, leva a um menor esforço fiscal assim como observado pelo coeficiente da variável EF ($-5,06e^{-06}$), o qual, para Massardi e Abrantes (2015) e Vieira et al (2017), se reflete em diminuições nos índices de desenvolvimento. Com isso, quando os municípios se esforçam mais para arrecadar tributos sobre o que é produzido localmente, menor tende a ser sua dependência financeira perante os governos estaduais e federais.

Além disso, como destacado anteriormente, os coeficientes das variáveis *dummies* que representam coligação partidária entre o prefeito e o presidente e o prefeito e o governador, mostram-se negativas. Isso mostra que quanto maior a aproximação político-partidária entre os representantes eleitos menor tende a ser a dependência financeira municipal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O trabalho recorrido teve como objetivo analisar a relação das transferências governamentais com o desenvolvimento financeiro e social dos governos locais. E se essas transferências são condicionadas por fins político-partidários. Para tal, utilizou-se de uma matriz de correlação de variáveis de modo a estudar a relação entre as variáveis observadas. Ademais, também se usufruiu de uma regressão múltipla para dados em painel com efeitos fixos, de forma a encontrar os coeficientes de cada variável.

O estudo constatou uma correlação positiva e de coeficiente significativo (0,0156407) entre a dependência de um ente e o aumento da dívida pública, assim, um aumento de 1 unidade na variável de endividamento aumenta a dependência da entidade em 0,015. Pode-se inferir que, de fato, o aumento de recursos recebidos pelo ente também ocasiona uma má gestão dos recursos levando a gastos excessivos (Mendes & Rocha, 2003; Giuberti, 2005). Logo, tendo em mente que o ônus seria repassado a outros membros da federação, os municípios têm gerado sucessivos déficits e acumulado obrigações (Velasco, 1999).

Além disso, também se encontrou uma correlação negativa dos indicadores de desenvolvimento municipal e de esforço fiscal, respaldando os estudos de Massardi e Abrantes (2015) e Vieira et al (2017), que a dependência tem um impacto negativo no desenvolvimento municipal e no esforço fiscal. A dependência gera acomodação fiscal no ente local, e os recursos não arrecadados comprometem os serviços para regiões mais carentes (Vieira et al, 2017).

A análise da influência do alinhamento político nas transferências voluntárias recebidas pelos órgãos mostrou uma relação inversa a esperada, exibindo uma relação negativa. Portanto, divergindo dos resultados de Ferreira e Bugarin (2007) e Soares e Melo (2016), quando ocorre o alinhamento político, tanto de partido como de base aliada, entre os representantes das esferas administrativas, a quantidade de recursos transferidos é menor. Tal fato pode ser indícios de uma prática que objetiva evitar denúncias de beneficiamento político-partidário (Neto & Simonassi, 2013).

Desse modo, o presente estudo se conclui ressaltando a necessidade de uma reformulação no sistema fiscal que atualmente impera no país, tendo em vista sua contribuição para o endividamento e subdesenvolvimento municipal. Essa remodelação já está sendo pleiteada com a proposta no atual governo de uma reforma tributária, na qual se espera uma recomposição das competências tributárias e, quem sabe, uma redefinição mais democrática dos critérios de transferências obrigatórias e voluntárias.

Porém, sempre se torna complicado temas acerca de reformulação tributária, pois muitos assuntos delicados precisam ser bem analisados, como: a forma e qual entidade se mostra mais eficiente para fiscalizar e arrecadar tal tributo. Além disso, deve-se levar em conta a possibilidade de distorções socioeconômicas se aprofundarem à medida que entes detenham maior liberdade para tributar, gerando “guerras de alíquota” entre os entes locais de maneira a arrecadar mais.

Por fim, o presente estudo destaca como limitação a quantidade de anos de dados disponíveis sobre a dívida pública municipal nos sites do Tesouro Nacional, além da indisponibilidade de dados da variável para todos os municípios brasileiros. Como sugestão de pesquisa futura, propõe-se uma análise da influência da corrupção no volume repassado de verbas via transferências voluntárias. E também, apesar dos dados desta pesquisa terem sido coletados em período pós-eleitoral (nacional e estadual), recomenda-se uma pesquisa detalhada com um modelo temporal estendido para estudar o ciclo político-partidário de todas as entidades federativas.

REFERÊNCIAS:

- Abrucio, F. L., & Soares, M. M. (2001). *Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC* (No. 24). CEDEC.
- Araújo, A. H. D. S., Santos Filho, J. E. D., & Gomes, F. G. (2015). Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 739-759.
- Azzoni, C. R., & Isai, J. Y. (1993). Censo demográfico, novos municípios e reforma tributária: impactos sobre as finanças municipais. *Revista de Administração Pública*.
- Affonso, R. D. B. A. (1995). A federação no Brasil: impasses e perspectivas. *A Federação em perspectiva, Rui de Britto Alvares Affonso y Pedro Luiz Barros Silva (comps.), São Paulo, Fundación de Desarrollo Administrativo (FUNDAP)*.
- Baião, A. L., Cunha, A. S. M., & Souza, F. S. R. N. (2017). Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. *Revista do Serviço Público*, 68(3), 583-610.
- BRASIL, C. F. (2010). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL, C. T. N. (2012). Código Tributário Nacional e legislação correlata.
- Benito, B. & Bastida, F. (2004). Os determinantes da política de dívida municipal na Espanha. *Revista de Orçamentação Pública, Contabilidade e Gestão Financeira*.
- Brollo, F., & Nannicini, T. (2012). Tying your enemy's hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil. *American Political Science Review*, 106(4), 742-761.

- Buettner, T., & Wildasin, D. E. (2006). The dynamics of municipal fiscal adjustment. *Journal of Public Economics*, 90(6-7), 1115-1132.
- Caldeira, A. A., Wilbert, M. D., Moreira, T. B. S., & Serrano, A. L. M. (2016). Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 285-306.
- Conti, J. M. (2001). *Federalismo fiscal e fundos de participação*. Ed. Juarez de Oliveira.
- Facchini, G., & Testa, C. (2008). Fiscal decentralization, regional inequality and bail-outs: Lessons from Brazil's debt crisis. *The Quarterly Review of Economics and Finance*.
- Ferreira, I. F., & Bugarin, M. S. (2007). Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*.
- Fiorentino, L. C. F. (2010). *As transferências intergovernamentais no federalismo fiscal brasileiro* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Guedes, K. P., & Gasparini, C. E. (2007). Descentralização fiscal e tamanho do governo no Brasil. *Economia Aplicada*, 11(2), 303-323.
- Giuberti, A. C. (2005). *Efeitos da lei de responsabilidade fiscal sobre os gastos dos municípios brasileiros* (Dissertação de doutorado, Universidade de São Paulo).
- Gong, L., & Zou, H. F. (2002). Optimal taxation and intergovernmental transfer in a dynamic model with multiple levels of government. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 26(12), 1975-2003.
- Ji, H., Ahn, J., & Chapman, J. (2016). The role of intergovernmental aid in defining fiscal sustainability at the sub-national level. *Urban Studies*, 53(14), 3063-3081.
- Liu, C., Moldogaziev, T. T., & Mikesell, J. L. (2017). Corruption and state and local government debt expansion. *Public Administration Review*, 77(5), 681-690.
- Martinez-Vazquez, J., Lago-Peñas, S., & Sacchi, A. (2017). The impact of fiscal decentralization: A survey. *Journal of Economic Surveys*, 31(4), 1095-1129.
- Massardi, W. O., & Abrantes, L. A. (2015). Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. *REGE-Revista de Gestão*, 22(3), 295-313.
- Macedo, J. D. J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(51), 44-60.
- Mendes, M. J., & ROCHA, F. F. (2004). Transferências intergovernamentais e captura de recursos públicos nos municípios brasileiros. *Finanças Públicas. Brasília: Editora Universidade de Brasília*, 8, 533-572.

Milan, B. F., & Creutzig, F. (2016). Municipal policies accelerated urban sprawl and public debts in Spain. *Land Use Policy*, 54, 103-115.

Moutinho, J. A., Kniess, C. T., & Maccari, E. A. (2013). A influência da gestão de projetos na estratégia de transferências voluntárias de recursos da União para municípios brasileiros: o caso de uma prefeitura de médio porte. *Revista Ibero Americana de Estratégia*.

Moutinho, J. A. (2016). Transferências voluntárias da União para municípios brasileiros: mapeamento do cenário nacional. *Revista de Administração Pública-RAP*, 50(1), 151-166.

Neto, O. A., & Simonassi, A. G. (2013). Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). *Brazilian Journal of Political Economy*.

Paulais, T. (2009). Local governments and the financial crisis: An analysis.

Potrafke, N., & Reischmann, M. (2015). Fiscal transfers and fiscal sustainability. *Journal of Money, Credit and Banking*, 47(5), 975-1005.

Rezende, F. (1995). Federalismo fiscal no Brasil. *Revista de Economia Política*, 15(3), 5-17.

Reis, A. O., Abrantes, L. A., Faroni, W., & Passos, N. L. (2016). Comportamento da arrecadação própria e da carga tributária nos municípios da zona da mata mineira. *Revista Ambiente Contábil*, 8(1), 1-16.

Santolin, R., Jayme Jr, F. G., & Reis, J. C. D. (2009). Lei de Responsabilidade Fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 39(4), 895-923.

Soares, M. M., & Melo, B. G. (2016). Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*.

Suzart, J. A. S., Zuccolotto, R., & Rocha, D. G. (2018). Federalismo fiscal e as transferências intergovernamentais: um estudo exploratório com os municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 127-145.

Tavares, F. O., Pacheco, L., & Loureiro, F. O. (2016). Administração de tesouraria e endividamento municipal: situação dos municípios portugueses. *Revista Universo Contábil*, 12(3), 110-125.

Velasco, A. (1999). A model of endogenous fiscal deficits and delayed fiscal reforms. In *Fiscal institutions and fiscal performance* (pp. 37-58). University of Chicago Press.

Vieira, M. A., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Lopes, J. D. V. S. (2017). Implicações do esforço de arrecadação no desempenho socioeconômico dos municípios de minas gerais. *Gestão & Regionalidade*, 33(99).

Wooldridge, J. M. (2017). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. Pioneira Thomson Learning.